

**Entre Memória e História: representações e sentidos construídos pelo jornal *O Estado* sobre os movimentos sociais de Florianópolis e Santa Catarina, no período de “transição democrática”**

**VANESSA MORAES DE GOUVÊA\***

Na edição comemorativa dos 89 anos do Jornal **O Estado**, em 13 de maio de 2004, o movimento das “Diretas-já” foi lembrado como a “força” consagradora da abertura política. Sendo que, a partir da mesma e da “conseqüente eleição de Tancredo Neves”, nos dizeres do jornal, a imprensa voltou “a cumprir sua função no período de 1985 a 1995”, e a “transição democrática ganha espaço nas páginas de **O Estado** e pede passagem”<sup>1</sup>, reabrindo “o canal do diálogo”. Salienta-se que, ao celebrar a memória produzida em suas páginas sobre os acontecimentos que marcaram o processo de redemocratização, o jornal mobilizou lembranças e promoveu esquecimentos, construindo um significado para aquilo que representou no passado, a fim de sustentar o que significava no momento em que eram elaboradas suas próprias memórias. O jornal buscou, dessa forma, dar sustentação à própria memória, pautando-se em um conjunto de valores ou crenças hegemonicamente difundidos e reconhecidos dialeticamente por si mesmo e pelos outros. Além disso, com essa matéria, o jornal construiu para si, uma imagem de porta-voz das ansiedades da sociedade civil, no período de “transição democrática”. Mas, à medida que **O Estado** pretendia retratar o cotidiano, as práticas e os anseios sociais acerca desses “novos tempos”, ele também colocou em circulação uma confluência de diferentes formações discursivas atravessadas por interesses políticos, culturais e de intervenção na vida social.

Na busca pelo gerenciamento dos conceitos da vida cotidiana em suas narrativas, nesse período de “transição democrática”, as páginas do jornal **O Estado**, foram perpassadas não só pelos debates a respeito dos planos econômicos e o clamor por mudanças concretas por parte da população. Mas, também, pelas tensões e embates envolvendo os movimentos sociais, sobretudo, os que emergiram em Santa Catarina.

---

\* Mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

<sup>1</sup> “Transição democrática pede passagem”. **O Estado**, 13 de maio de 2004.

Este trabalho propõe uma reflexão acerca da relação entre mídia impressa e memória, pensando sobre como o jornal **O Estado** participou do processo de (re) democratização no sentido mesmo de contribuir para a memória histórica do período. Vale lembrar que, embora pequeno, o estado de Santa Catarina foi sacudido pelos Movimentos sociais no período, sobretudo os do campo. O Brasil foi refundado a partir do final da década de 1970; o final da ditadura militar e a retomada da democracia foram marcados por ações intensas dos movimentos sociais que reivindicaram direitos, espaço para suas ações, vivências. O Brasil mudou após esse processo, e os movimentos sociais têm tudo a ver com isso, pois eles não são o resultado da redemocratização; eles são a face desse processo. O Brasil do presente não pode ser entendido sem que esse período do país possa ser dotado de inteligibilidade.

Dentre as matérias sobre os movimentos sociais, mapeadas a partir do levantamento das fontes, referentes ao período entre 1986 e 1993, têm-se inúmeras notícias sobre a atuação do movimento sindical. Isso, porque, a exemplo do que ocorreu na maior parte das grandes cidades brasileiras, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, nos principais municípios de Santa Catarina, também, desenvolveu-se um processo intenso de mobilização sindical por meio de práticas de enfrentamento e resistências.

Em face do programa de estabilização econômica do governo de Sarney, que além de coibir a realização dos reajustes salariais, acabou gerando uma política de reduções dos mesmos, as principais categorias dos trabalhadores urbanos de Santa Catarina, que passavam a se orientar por um “novo sindicalismo”, deflagraram inúmeras greves a partir de meados da década de 1980. Assim, nos anos de 1986, 1987 e 1988, principalmente, encontra-se, no jornal **O Estado**, diversas reportagens sobre essas greves, sendo que as representações construídas acerca das mesmas oscilam entre o reconhecimento da legitimidade das reivindicações dos trabalhadores e a denúncia sobre a ilegalidade das greves deflagradas.

A repercussão de boa parte dessas greves nas páginas do jornal pode ser relacionada ao fato de que desde a metade dos anos 1980, o estado de Santa Catarina ocupava o sexto lugar na produção industrial brasileira, concentrando um número expressivo de trabalhadores nos setores têxtil, metal-mecânico e alimentício. A distribuição desses setores produtivos no território catarinense é assinalada por José

Carlos Sachet (1990), em seu trabalho intitulado “Movimento Sindical Urbano: Análise e perspectiva do Novo Sindicalismo”, da seguinte forma:

*A região do Vale do Itajaí é onde se encontra o principal centro industrial do Estado, destacando-se os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau. No setor têxtil se concentra a principal força de trabalho. Santa Catarina é responsável por 95% da produção nacional de malhas. Outra importante região industrial é o sul, onde se situam as indústrias química, cerâmica e áreas de mineração carboníferas, tendo o município de Criciúma como seu centro mais importante. No Oeste se localizava a agroindústria, principalmente, nos municípios de Concórdia, Videira e Chapecó, empregando milhares de trabalhadores da região (SACHET, 1990: 25).*

Noticiar, reiteradamente, as mobilizações e articulações em torno das greves promovidas pelos principais sindicatos poderia ser entendido como uma forma de alarmar todas as camadas que compunham a população catarinense, ante a crise e os problemas que seriam gerados pelas paralisações dos setores produtivos. No entanto, chamar a atenção, em suas manchetes, para as greves e seus indicativos significava não só colocar em circulação as reivindicações dos sindicatos e as tensões em tornos das mesmas, mas, também e, sobretudo, submetê-las ao crivo dos grupos de leitores específicos que compõem o público do jornal, bem como dos setores envolvidos nos debates acerca das questões produtivas e econômicas. Nas palavras de Reinaldo Lohn (2007: 299), “trata-se de uma circulação horizontal, ocorrida entre líderes partidários, empresários, jornalistas, intelectuais”, direcionada às camadas médias urbanas.

Em certa medida, ao dispor em suas páginas, notícias sobre as greves dos fumicultores da região sul do estado, dos trabalhadores do setor agroindustrial no Oeste, dos mineiros de Criciúma, dos vestuaristas de Blumenau, dos trabalhadores metalúrgicos de Brusque e Joinville, dentre outros, o jornal **O Estado** buscava construir, para si, a imagem de porta-voz dos interesses de toda a população catarinense. Cabe destacar, entretanto, que o predomínio de sua circulação e tiragem se dava nas principais cidades do litoral do estado, especialmente, em Florianópolis, onde ficava a sede do jornal.

Florianópolis, por sua vez, sendo a capital administrativa de Santa Catarina e não dispondo de um parque industrial, serviu de palco de manifestações dos servidores públicos municipais, estaduais e federais e para os sindicatos dos setores de bens de serviço e consumo. Obviamente, as suas mobilizações e greves foram destaque nas páginas do jornal, colocando em debate, por exemplo, as problemáticas em torno da

questão da mobilidade urbana ao tratar das greves de motoristas de transporte coletivo. Como na reportagem de 1º de Maio de 1986, que ocupou quase toda a capa, na qual o jornal, ao tratar da greve dos motoristas, cobradores e fiscais das empresas de transporte florianopolitanas, construiu uma representação em que a mesma aparece como a geradora do “pior congestionamento de todos os tempos” que a cidade vivenciou, além de um transtorno para o funcionamento de toda a cidade, dado que a população precisou “procurar alternativas para chegar ao trabalho”. A ênfase do jornal sobre o fato de que a greve deixou “180 mil pessoas” sem transporte serviu para fundamentar a “antiga” solução do problema, destacada ainda na primeira página, em três passos: considerar o movimento grevista ilegal; demitir os grevistas sumariamente, por justa causa e contratação da reserva de mercado.

O período de “transição democrática”, em Santa Catarina, assim como no restante do Brasil, foi marcado por ajustes e confrontos entre o “antigo sindicalismo”- oficial e controlado pelo governo, por meio da Lei de Greve, vigente até então - e o “novo sindicalismo”, mais combativo e contrário às práticas clientelistas e “pelegas”, comuns ao “antigo sindicalismo”.

Na região de Florianópolis, a estruturação do “novo sindicalismo” encontrou no sindicato dos bancários o seu representante, a partir da criação, em 1985, do Movimento de Oposição Bancária (MOB). Nos dizeres de Edaléa Maria Ribeiro, em seu livro sobre “os movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina”, nos anos 1990, o MOB surgiu “contrário ao perfil assistencialista e atrelado do sindicalismo brasileiro, defendendo uma postura mais reivindicativa e de contestação” (2005: 97). José Carlos Sachet afirma que, na época em que o MOB surgiu em Florianópolis, sob o contexto da greve nacional dos bancários, em setembro de 1985:

*(...) quase a totalidade dos sindicatos existentes eram marcados pela antiga postura sindical e não existia outro movimento de oposição sindical com as características deste. Em Santa Catarina a situação não era muito diferente, com a exceção do Sindicato dos Trabalhadores em minas carboníferas de Criciúma e dos trabalhadores rurais do extremo-oeste (Sachet, 1990:68).*

No jornal, uma das poucas referências ao Sindicato dos Bancários aparece em 07 de fevereiro de 1986, na matéria sobre o protesto dos funcionários do Banco do Brasil contra as mudanças do Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de uma acusação de que “o Sindicato dos Bancários em Santa Catarina é o sindicato mais pelego, o menos autêntico e que quer derrubar a categoria”. A construção dessa

representação direciona-se mais para a diretoria do sindicato dos bancários do que para o movimento sindical, propriamente. Exemplo disso pode ser encontrado no fato de que, dois dias antes da notícia acima, em reunião da diretoria, os funcionários do Banco do Brasil que desejavam aderir ao movimento nacional em prol da greve, viram suas expectativas frustradas, em razão da decisão dos dirigentes que consideraram “que o momento não estava favorável para uma greve” (SACHET, 1990: 69). O movimento de oposição bancária, que só foi oficializado em abril de 1986, já vinha empreendendo uma campanha com uma proposta nova para as estratégias e estrutura sindical, a fim de enfraquecer a diretoria do sindicato que ainda conduzia a entidade nos moldes do sindicalismo oficial.

Com as articulações do movimento, angariando a filiação dos bancários como forma de fortalecer a entidade, protestando contra a onda demissões que atingiu mais de mil bancários só em Florianópolis, depois do Plano Cruzado e a condução da greve de março de 1987, que resultou em nove dias de paralisação, a chapa representante do MOB ganhou a eleição realizada em abril de 1987. Após a posse da nova diretoria, a organização e a condução da entidade passou por uma série de reformulações, consolidando a atuação da mesma nos moldes do “novo sindicalismo”.

A partir disso, o sindicato dos bancários e o sindicato dos eletricitários, que também vinha trabalhando no fortalecimento do movimento sindical, por meio da constituição e consolidação das Intersindicais de Eletricitários do Sul do Brasil, passaram a se articular, sobretudo nos anos 1990, em torno do desenvolvimento do chamado “sindicalismo-cidadão”, juntamente, com outros sindicatos (RIBEIRO, 2005).

Embora, **O Estado** tenha produzido, no fluxo de suas narrativas jornalísticas, sentidos e significados que legitimavam as reivindicações e manifestações dos trabalhadores que passavam a se organizar nos moldes do “novo sindicalismo”, a partir das repercussões dos movimentos grevistas outras representações foram se delineando. Como na matéria de 05 de novembro de 1988, situada na página “opinião”, intitulada “Sociedade paga as contas da greve”, que aduz o seguinte:

*O reencontro do Brasil com a democracia e o processo de transição democrática trouxe um grave risco para as instituições econômicas e sociais: a crescente confusão entre o que seja liberdade de se manifestar, de reivindicar ou contestar, e as atribuições do governo para garantir o cumprimento das leis, fazendo valer sua autoridade – cujo exercício nada tem a ver com autoritarismo, como querem alguns interessados em virar a mesa.*

*(...) O sentimento de que é preciso fazer greve enquanto é possível, para aproveitar a oportunidade, nenhuma contribuição traz ao desenvolvimento social e acaba sendo, em última análise, prejudicial à própria reivindicação.*

Nota-se que há um deslocamento de sentidos sobre a questão das greves, já que na perspectiva dos trabalhadores, a greve é entendida como um direito capaz de pressionar e mobilizar o Poder Público e os patrões, a fim de satisfazer suas reivindicações, aparecendo na notícia como uma ameaça à sociedade, inclusive aos próprios grevistas. Além disso, o trecho traz, ainda, uma crítica ao “novo sindicalismo” em oposição à alegação de que o governo nada mais fazia do que cumprir o seu dever legal, negando o fato de que os dispositivos legais ainda operantes no período eram resquícios do governo militar, justamente, contra os quais os movimentos lutavam.

Contudo, a conjugação de sentidos como esses serviram para a produção de uma memória social sobre a categoria “movimento grevista”. Assim, as acomodações memoráveis sobre a mesma, no final da década de 1980 e ao longo de 1990, são evidenciadas em tom de crítica e, por vezes, até de revolta. Exemplo disso é a nota publicada na seção “on line”, em 13 de março de 1993, onde consta o seguinte: “Ninguém suporta mais essa verdadeira inflação de ameaça de greves. Não passa um dia sem que alguém de algum sindicato ou entidade de classe ameace com greve. O Brasil parece ser o país das greves”.

Pierre Bourdieu (1996), ao discorrer sobre as representações e a linguagem na construção da realidade, aduz que nomear é perceber e constituir o mundo que nos rodeia, dada a intensa relação do discurso com a realidade ao construir e transformar os valores e os significados. A linguagem, assim, representa a autoridade e o discurso só tem sentido e encontra legitimação quando seus receptores reconhecem o porta-voz e sua autoridade, e também se encontram no contexto em que tal discurso está exposto (BOURDIEU, 1996). Neste caso, é na tessitura do enredo, bem como na elaboração e no retalhamento da narrativa que a autoridade jornalística é percebida. Valendo-se, para isso, de técnica retórica revestida de uma aparência de verdade, adaptável à opinião do público, principalmente, ao senso comum, uma vez que, estes argumentos retóricos verossímeis podem nada mais ser do que representações mediadas pela reprodução de conceitos, crenças e práticas formuladas pela própria sociedade. Deste modo, há que se considerar que as informações jornalísticas, por vezes, denotam a representação daquilo

que o receptor considera como consensualmente ideal e sem necessidade de comprovação imediata.

Outra das grandes questões em torno das quais os grupos populares se mobilizaram e se organizaram a partir da década de 1980, foi a da moradia. No entendimento de Gonh (1991), dentre todas as lutas populares dos anos 1980, a da moradia foi a principal e a maior. Essa autora observa que:

*Após 1970 o processo de empobrecimento cresce no campo, as possibilidades de trabalho se reduzem, e aumentam igualmente as camadas pobres na cidade. Várias cidades brasileiras tidas como de padrão médio e com qualidade de vida ambiental passaram a registrar, após o censo nacional de 1980, agrupamentos de favelas e áreas de ocupação em seus territórios, fenômenos estes que não conheciam anteriormente. Ou seja, o crescimento econômico do país, a modernização de sua base produtiva, a inserção de novas tecnologias, o desenvolvimento da sociedade de consumo de bens e produtos de massa trouxeram também o aumento da pobreza e da miséria, e não o seu contrário, como poderia se esperar (GOHN, 1997: 137).*

As condições das moradias das classes populares no Brasil que desde o tempo colonial eram precárias, além de terem se deteriorado com o passar dos anos, a partir da década de 1970, adquiriram características específicas no cenário nacional. Com o acirramento das práticas capitalistas, além do surgimento das periferias urbanas, das áreas de acampamentos, ocupações e construções populares empreendidas pelo poder público, com a participação da população por meio de mutirões; as cidades foram palco, também, para o surgimento de novas formas de organização e movimentos no meio popular, na luta pela obtenção da moradia. Assim, lutando para conseguir um teto ou um pedaço de chão, suas manifestações expressavam o processo de construção da cidadania, criando no espaço urbano a arena pública onde se manifesta a correlação de forças entre os atores sociais e se dá o exercício dos direitos sociais por meio da democratização do acesso a este espaço.

À luz do que ocorreu por todo o país e por vários países da América Latina, em Santa Catarina e, especialmente, em Florianópolis, não foi diferente a maneira como se estabeleceu as lutas e práticas vinculadas aos movimentos sociais por habitação e as relações com o poder público no período de “transição democrática”.

Convém lembrar que, face ao contexto político nacional, em Florianópolis, as eleições diretas de 1985 acompanharam a mesma tendência de vitórias das forças identificadas com a oposição aos governos militares do período anterior. Assim, o PMDB passara ao controle da prefeitura, como expressão da vitória de um projeto

nacional (entenda-se a vitória do projeto da “Nova República”, fixado a partir de cima, ou seja, pela Aliança Democrática). Sendo de se comentar a respeito que:

*Tal projeto, porém, se realiza mas não sem interagir com aspectos específicos da realidade política local, particularmente com aqueles que dizem respeito à presença marcante das elites oligárquicas na política catarinense – e na qual Florianópolis não constitui de modo algum uma exceção. (...) Conseqüência natural disto é a pouca alternância no poder entre os diferentes setores políticos que historicamente disputavam o poder em Santa Catarina (CANELLA, 1992:28).*

Isso, porque, desde o início da Primeira República, a realidade política vivida no estado de Santa Catarina é fruto da luta política pelo poder, a qual expressa o desenvolvimento das diversas forças (sociais e/ou econômicas) existentes no conjunto da sociedade. Desde então, mesmo que esboços de participação popular aparecessem no cenário estadual, eram determinadas famílias oligárquicas que continuavam a deter o controle político catarinense.

O descontentamento popular frente ao regime militar e o anseio pelo retorno à democracia já haviam sido evidenciados pela vitória do MDB em 1974 e, mais ainda, nas eleições de 1978, tanto em âmbito nacional, quanto em relação à Santa Catarina. Na eleição para a prefeitura de Florianópolis, em 1985, e nas eleições para governadores de Estado, em 1986, isso ficou claramente demonstrado pelas vitórias do PMDB, em 18 estados da federação e em diversos municípios (CANELLA, 1992; CARREIRÃO, 2009; RIBEIRO, 2005). O enfrentamento e a participação da sociedade civil que se intensificaram, principalmente a partir do governo de Jorge Bornhausen (1979 -1982) do PFL, com a emergência dos movimentos sociais, mesmo que cooptados pelas lideranças políticas da época, marcaram uma mudança nas correlações de forças, ainda que tenham escolhido como espaço privilegiado de luta por melhorias sociais, a via institucional.

Nesse passo, a prefeitura de Florianópolis, sob o controle do PMDB e o comando de Edson Andrino<sup>2</sup>, ao se associar com setores dissidentes do PT, foi implantada na administração municipal uma maior abertura à participação de variados

---

<sup>2</sup> Edson Andrino nasceu em Florianópolis/SC, em 18 de dezembro de 1945; formou-se em Direito pela UFSC, foi um dos fundadores do MDB em Santa Catarina, vereador por duas legislaturas seguidas (1973-1977 e 1978-1982), deputado estadual pelo PMDB, de 1983 até 1985, quando se candidatou para a Prefeitura de Florianópolis. Foi eleito, com cerca de 47% dos votos contra 35% de Francisco de Assis Filho do PDS, que até 1985, tinha sido chefe da Casa Civil do governo de Espiridião Amin, o qual sucedeu Andrino na Prefeitura, a partir de 1988.

setores organizados da sociedade, dentre os quais alguns setores dos movimentos populares, uma vez que, parte do grupo dissidente do Partido dos Trabalhadores era composta por militantes que outrora tiveram ligações com esses movimentos populares ou eram lideranças comunitárias. Em que pese, a constituição de interlocutores populares, como uma das condições políticas para que se efetivassem as propostas de governo da “nova prefeitura”, tem-se que “a composição das forças para a nova gestão municipal favorecia a ênfase num dos principais temas dos discursos de campanha de Edson Andrino, que era governar o município de forma democrática e participativa” (CANELLA, 1992: 41).

Assim, seguindo a tendência nacional de hegemonização das forças político-partidárias ligadas à “Nova República”, no que diz respeito às características dos movimentos sociais atuantes em Florianópolis, há de se assinalar algumas diferenças entre o âmbito local e as tendências verificadas nas demais capitais do país:

*Em primeiro lugar, pode-se alegar que aqui os sujeitos não se constituíram do mesmo modo que em São Paulo e outras capitais: que as experiências aqui vivenciadas foram diferentes – não ocorreu um movimento tão massivo nem experiências de articulação de movimentos de bairro e movimento operário. Em segundo lugar, que os discursos e práticas que informaram os movimentos populares locais não coincidem com o de outras realidades analisadas – por exemplo, não se verifica aqui, ao longo das lutas contra a ditadura, a mesma influência do discurso e práticas das CEBs nos movimentos populares. Em terceiro lugar, poderia ser colocado ainda que os movimentos populares de Florianópolis eram muito pouco organizados e que parte dos eventos envolvendo a participação popular foram fruto de iniciativas institucionais – o que diferiria substancialmente da realidade dos movimentos de outros locais do país (CANELLA, 1992: 29-30).*

De todo modo, a realidade local estava inscrita em um movimento global de lutas pela democracia, levando a constituição de sujeitos políticos coletivos, bem como a instituição de novas práticas e novos discursos na esfera pública que contribuiriam para a alteração da própria conjuntura política.

Nas notas situadas, na maioria das vezes, na seção “SOS Bairros” e nas reportagens do jornal, a questão da moradia aparece, em algumas narrativas, representada ora por movimentos de moradores, ora pelos movimentos por moradia em Florianópolis. Embora, estes dois segmentos tenham em comum a questão da moradia, os mesmos se constituíram como polos antagônicos do movimento popular. Primeiro, pela natureza distinta das reivindicações, pois, os movimentos de moradores, organizados em associações e centros comunitários, representados pela União

Florianopolitana das Entidades Comunitárias (UFECO), fundada em 1985, encaminhavam suas demandas por melhores condições de moradia; pleiteavam investimentos na infraestrutura e em equipamentos urbanos, apresentando suas reivindicações de forma mais negociável com os agentes estatais. Já, o movimento dos sem-teto (MST), assessorados pelo Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM), fundado oficialmente em 1986, empreendeu suas lutas pela moradia própria, por meio de ocupações de terras urbanas. Além disso, a outra face desse antagonismo deu-se a partir dos diferentes projetos políticos que tais movimentos traziam implícitos em suas práticas, corroborando para a compreensão de que os movimentos populares não constituem um sujeito único, com práticas e discursos homogêneos. Posto que, o processo de atribuição de novos significados não resulta apenas do embate entre Estado e movimentos, mas também, de “uma relação mais complexa que envolve uma disputa entre diferentes setores de tais movimentos” (CANELLA, 1992: 32).

Com o surgimento do movimento social dos sem-teto no cenário político de Florianópolis, institucionalizado na figura do CAPROM, as disputas na (e pela) cidade tornam-se visíveis:

*(...) começa a assumir contornos mais nítidos um debate em torno da figura do migrante, cuja presença estabelecia uma nova paisagem na cidade. É no aparecimento e na visualização das favelas por toda a cidade que a ‘questão social’ é evidenciada e incorporada ao cotidiano da cidade. E, no aparecimento desta nova paisagem, coloca-se em jogo que imagem de cidade se pretende instituir – imagem esta que é carregada de distintos significados políticos. O conflito então emergente, mesmo que ainda incipiente, coloca-se numa tensão em torno de significados que diferentes setores da sociedade procuram instituir na cidade e sobre a cidade (CANELLA, 1992: 89).*

Estas disputas, no entanto, tornaram-se mais acirradas quando surgiram as primeiras ocupações de terrenos, organizadas pelo CAPROM, as quais foram encaradas pelos mais variados setores da sociedade local, como uma afronta, passível de repúdio e resistência.

No jornal, as notícias sobre a questão da moradia colocam em circulação, ainda que de forma surda, essas disputas na e pela cidade. A figura do CAPROM, acionada em diversas manchetes, trazendo seus representantes como porta-vozes do movimento, aparece nas narrativas jornalísticas como um ente mediador das necessidades, interesses e conflitos que os sem-teto vivenciavam perante o jogo político existente devido a

correlação de forças inscrita no processo. Entretanto, as notícias se direcionam para as questões das desapropriações e assentamentos em áreas urbanas, sob uma perspectiva isolada e estigmatizante, fazendo uso, por vezes, dos termos “favelados” e “invasores”, identificando os indivíduos desprovidos de casa e aparelhamento urbano como sendo indesejados. Nota-se, com isso, que os sem-teto são apresentados como vítimas, mas, ao mesmo tempo, como sujeitos naturais da desordem urbana. A maioria das narrativas, assim, legitima e acomoda preconceitos, promovendo o esquecimento acerca das causas sociais da falta de moradia.

A partir do governo de Edson Andrino, a imagem de Florianópolis que passa a ser instituída, por meio da mídia, do discurso oficial por parte do poder público, bem como pelos setores empresariais, era a de uma cidade propícia às atividades turísticas. Essa suposta vocação fundamentava-se (e ainda fundamenta-se) no repertório das condições naturais presentes na ilha, tais como as 42 praias ou mesmo pela afirmação de que, mesmo sendo uma capital, não apresentava os problemas recorrentes que as cidades de grande porte enfrentavam, a exemplo da violência e dos desdobramentos da miséria. É nesse contexto, sob a gestão municipal de Edson Andrino, que surge o slogan “Ilha da Magia”, como mecanismo capaz de legitimar e sustentar uma imagem da cidade que as elites dominantes, detentoras do poder, naquele momento, objetivavam comercializar. Soma-se a isto a ascendente valorização das terras na cidade, gerada, principalmente, pelos investimentos públicos em infraestrutura que, a partir da década de 1970, provocou uma crescente especulação imobiliária, tornando cada dia mais difícil o acesso à moradia para as populações de baixa renda. De forma emblemática, estas questões são abordadas pelo **O Estado**, em 23 de março de 1987, nas páginas seis e sete, por meio das matérias intituladas “Vindo de todos os lados eles formam as favelas” (que ocupou uma página inteira), e “250 mil habitantes e poucas casas”, que divide a página com o anúncio da Prefeitura, intitulado “Uma cidade é o retrato de seu povo”. Em destaque nesse anúncio, tem-se a imagem de uma Figueira, instituída árvore símbolo da cidade, corroborando para a conjugação de um discurso idílico, presente na propaganda da Prefeitura Municipal, que visava fixar as representações e os sentidos construídos acerca de uma Florianópolis idealizada e desejada por grupos específicos de políticos e empresários, enunciando que:

*Uma cidade é o espelho de seus habitantes e o reflexo da natureza que a abraça. Ela tem personalidade própria, um espírito autônomo e um jeito*

*muito seu de fabricar cultura, folclore, costumes, manias e alegrias. Florianópolis é um estado de alma, uma canção de amor, o mar e a montanha, as lagoas e as dunas, as enseadas e as praias, a rendeira e o pescador, a praça e a matriz, duas baías, uma figueira e um Senadinho. Florianópolis é o seu povo. Gente simples apegada a “terra”. Gente que cultiva a semente do calor humano e exerce o ofício de viver armada de alguma tolerância e certo inconformismo matizado de humor, Florianópolis é o futuro apontado para o turismo e para o desenvolvimento industrial não poluente. A PREFEITURA MUNICIPAL tem a satisfação de convidar todos os condôminos desta cidade a comemorar seus 261 anos, com o amor de quem zela por um patrimônio comum e pelo incomum privilégio de morar no Paraíso. Vamos manter alta nossa qualidade de vida.*<sup>3</sup>

O texto do anúncio contrasta com as duas matérias que tratam de um “povo” que não era de Florianópolis e que, portanto, deturpavam a imagem idealizada da cidade desejada, demonstrando que a mesma se constituía à margem das expectativas projetadas pelos grupos dominantes. Os discursos desses grupos, que viam no turismo a possibilidade de lucrar mais, ocultavam questões que a partir dos anos de 1980, começavam a se acirrar, como é o caso do déficit habitacional, além do empobrecimento de parte da população urbana.

Nas duas matérias, as narrativas acomodam algumas das questões que levaram as pessoas a migrar de outras cidades do estado de Santa Catarina, bem como de outros estados da federação, para o município de Florianópolis, tais como as dificuldades de se manter no meio rural, o desemprego e a busca por melhores condições de vida. Evidenciando, ainda, outras acomodações memoráveis como os perigos de morar nas encostas e o problema da falta de moradias. O jornal **O Estado** efetiva o seu papel de porta-voz das misérias do cotidiano, inscritas no espaço urbano, enquadrando-as no jogo da memória, a partir de hierarquias e valores mediados pelos grupos dominantes, atravessados pelas questões colocadas pelos sujeitos retratados nas reportagens, no caso, os sujeitos migrantes, moradores de favelas ou sem-teto.

No começo da década de 1990, a solução para a questão da migração, encontrada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, que estava sob o comando do PFL, por meio da gestão de Bulcão Viana<sup>4</sup>, foi a de devolver os migrantes que chegavam à cidade. O jornal, em 13 de fevereiro de 1992, noticiou que a Secretaria de

---

<sup>3</sup> “Uma Cidade é o retrato de seu povo”. **O Estado**, 23 de março de 1987.

<sup>4</sup> Em 1988, Espiridião Amin, que havia sido governador do estado de Santa Catarina até 1987, foi eleito prefeito de Florianópolis, tendo como vice, Bulcão Viana. Em 1989, Espiridião deixa o cargo para se candidatar a senador e Bulcão Viana assume, dando continuidade aos interesses da coligação entre o PFL, PDS, PTB e PDC.

Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) da Prefeitura de Florianópolis estava devolvendo todos os migrantes às suas cidades de origem, pagando as passagens de volta e colocando-os nos ônibus. A iniciativa do órgão da prefeitura é validada pela narrativa jornalística, por meio da denúncia de que, a procura por trabalho não parecia ser a maior preocupação dos migrantes que, “no meio da tarde”, estavam “acomodados” sob a ponte Colombo Salles “num sono profundo”<sup>5</sup>.

**O Estado**, que nessa época assumira uma postura mais combativa em relação ao movimento dos sem-teto, bem como à crescente migração de pessoas pobres, por meio de representações em que as ações dos mesmos aparecem como “cobiça por teto”<sup>6</sup>, produziu narrativas que ovacionam as ações da Prefeitura, como as das seguintes notas, publicadas no mesmo dia:

*Além de consolidar-se como um dos maiores pólos turísticos do país, Florianópolis vem se mostrando também, nos últimos anos, como um grande centro receptor de correntes migratórias no estado. A constatação é feita pela prefeitura que, preocupada em evitar a proliferação de favelas na capital, criou no final do ano passado o Projeto Migrantes. Através dele, foram cadastrados e devolvidos aos locais de origem 231 pessoas. Futuramente, deverão ser colocados barreiras em todas as entradas da cidade, além de ser implantada uma rede de observação e triagem, a fim de impedir que aumente ainda mais o número de sem-tetos atualmente existentes cerca de 40 mil em todo o município*<sup>7</sup>.

*O Projeto Migrante, da Prefeitura de Florianópolis, continua todo vapor. Somente no primeiro semestre deste ano, conseguir fazer com que 231 pessoas deixassem Floripa e voltassem às suas cidades de origem, porque aqui não tinham muito o que fazer, a não ser viver sub humanamente. A maior incidência de migrantes é do interior do estado, contribuindo com 55% do total. Os municípios que continuam mandando mais migrantes para Florianópolis são Chapecó e Lages. Paulistas, cariocas e nordestinos contribuem com os outros 45%*<sup>8</sup>.

O jornal, a um só tempo, promove a rememoração acerca da vocação de Florianópolis para o turismo que, a essa altura, em meio ao processo de globalização, já se autodenominava “Capital Turística do Mercosul”<sup>9</sup>, esquecendo dos fatores e das questões sócio-históricas que levaram os sujeitos a migrar para a capital e viver em

---

<sup>5</sup> “Prefeitura está devolvendo os migrantes que chegam à cidade”. **O Estado**, 13 de fevereiro de 1992.

<sup>6</sup> “Abre o olho”. **O Estado**, 21 e 22 de abril de 1992.

<sup>7</sup> “Migrantes terão entrada proibida em Florianópolis”. **O Estado**, 14 de agosto de 1992.

<sup>8</sup> “Dando certo”. **O Estado**, 14 de agosto de 1992.

<sup>9</sup> Márcia Fantin (2000: 230), comenta que “este título foi divulgado durante a gestão da Frente Popular”.

condições “sub humanas”. As referências, tanto as medidas estabelecidas por meio do “Projeto Migrante”, quanto as almejadas, como a “construção de barreiras em todas as entradas da cidade” legitimam as segregações e discriminações impostas aos considerados “de fora”, ou seja, aos “migrantes pobres”. Com isso, acaba reiterando os sentidos produzidos acerca dos mesmos que os identificavam como “indesejados” e como eles deveriam ser lembrados.

Grifa-se, aqui, o papel fundamental da linguagem como portadora da memória, ressaltada por Paul Ricoeur (1994), posto que a mediação linguística se processa por meio de uma narrativa, ou seja, por meio de uma espécie de narração da memória, uma vez que, sempre narramos algo a partir da escuta de uma narrativa anterior. Nossa relação com a memória está inscrita em uma rede de relações sociais, políticas e culturais, derivada de relações intersubjetivas e presididas pelas mesmas.

Ainda que se considere a heterogeneidade e a descontinuidade da memória, construída pelo jornal acerca dos sujeitos migrantes e dos militantes do movimento social dos sem-teto, as representações construídas, sobretudo a partir da década de 1990, quando as ações dos mesmos ganham força, são carregadas de elementos estigmatizadores. As tensões, os embates, as disputas em torno dos sentidos vão se estabilizando nas narrativas jornalísticas, por meio de uma tônica cada vez mais combativa. Tanto que, em 07 de novembro de 1992, na página política/opinião, o colunista Paulo da Costa Ramos, em tom de ironia, revolta e denúncia, reedita o texto, intitulado como “Só para avisar”. O trabalho de memória realizado pelo colunista, na seleção e enquadramento das informações, enseja o esquecimento das problemáticas inerentes à questão da moradia em contraposição à lembrança de que o processo de migração e as ações dos sem-teto geram o aumento da violência, a violação da propriedade privada e a favelização que “enfeia” e ameaça a cidade. A narrativa abusa do uso do termo “favelados”, operando uma inversão de sentidos em que os empresários e empreendedores aparecem como as vítimas, no lugar dos “favelados” que são representados como os ofensores à ordem vigente.

Tem-se, dessa forma, que o jornal, dispondo de diferentes signos em situações distintas, acerca de um mesmo sujeito coletivo, desempenha um papel expressivo na formação da ideologia, bem como do imaginário social e do ambiente comunicativo. Os meios de comunicação de massa, a exemplo do jornal, **O Estado**, ao construir retóricas

verossímeis, acabam por incorporar ideologias de determinados grupos sociais, repercutindo seus efeitos, quer de “desejo de verdade”, quer de objetividade, nas representações de seus leitores. Assim, ao investir no reforço de determinados valores e padrões sociais por meio de suas narrativas, **O Estado** configura-se na trama simbólica, enquanto espaço privilegiado no arquivamento e produção da memória social contemporânea.

De todo modo, o jornal, ao reiterar em suas narrativas, sentidos e representações que depreciavam as práticas coletivas do movimento dos sem-teto, ele deixou de contar e colocar em cena a problemática de que os sujeitos participantes não vislumbravam, simplesmente, ocupar um terreno, posto que ninguém almeja viver numa situação degradante de favela. Silenciando, dessa forma, os desejos, lutas e anseios pela conquista de um espaço digno para moradia, ocultando o reconhecimento da legitimidade de suas demandas. Apresentando de forma fragmentária e, por vezes, até maniqueísta, as mobilizações, organizações e estruturação do enfrentamento às investidas e à repressão do poder local, por parte dos sem-teto, o jornal relega ao esquecimento as tentativas de negociações dos mesmos, com o governo, de uma proposta viável para a manutenção de certo padrão de vida. Além do planejamento do espaço, mediante à instalação do aparelhamento urbano como a pavimentação de ruas, coleta de lixo, criação de creches, escolas, áreas de lazer. Ou seja, ao privilegiar notícias que recriminavam as ações dos sem-teto, escapa dos sentidos produzidos pelo jornal que o que estava em jogo (e ainda está), para além do direito de morar na cidade, também o de vivenciar esta cidade, transitando na mesma e desfrutando dos bens, serviços e recursos que nela devem ser oferecidos. Não se tratava de outorgar qualquer terreno, como por vezes o poder público o fez ou desejava fazê-lo, e sim viabilizar um terreno que ficasse próximo de tudo o que fosse necessário para viver bem: ônibus, escola, posto de saúde, trabalho, lazer. Efetivando, dessa forma, a democratização do espaço urbano e a própria cidadania, reivindicações essas colocadas pelos movimentos sociais urbanos como parte fundamental do processo de redemocratização.

No plano concreto, a visibilidade das experiências dos novos movimentos sociais, que se constituíram a partir de novas sociabilidades, novas identificações, novas formas de inserção, por meio dos espaços de suas práticas coletivas, engendraram não só a produção e a circulação de informações sobre os mesmos. Mas, também, a

construção de determinadas memórias que passaram a fixar sentidos e constituíram outras tantas identificações na disputa política pelos espaços urbanos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas lingüísticas (o que falar quer dizer)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

CANELLA, Francisco. *A UFECO e o movimento dos sem-teto – Práticas instituintes nos espaços políticos da cidade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1992, 153 p.

CARREIRÃO, Yan de Souza. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v.35, p. 35-62, jan./jun. 2009.

FANTIN, Márcia. *Cidade Dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

LOHN, Reinaldo L.. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950), vol.27, nº.53, São Paulo, Jan./Junho 2007, p. 297- 322.

RIBEIRO, E. M. *Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I. A tríplice Mimese*, São Paulo, Papirus, 1994.

SACHET, José Carlos. *Movimento Sindical Urbano: Análise e perspectiva do Novo Sindicalismo*. Florianópolis, 1990.